

Sumário

Capítulo 1 Ação Civil <i>Ex Delicto</i>	1
1.1 Ação e execução civil	1
1.1.1 A vida em sociedade e a cidadania	2
1.1.2 Consequências do crime e seus reflexos na esfera civil	3
1.1.3 Diplomas que tratam da reparação e do dano civil	4
1.1.4 Ação civil e ação civil <i>ex delicto</i>	5
1.1.5 Traços distintivos da ação penal e civil	6
1.2 Sistemas processuais para reparação do dano	8
1.2.1 Predomínio da ação penal	8
1.2.2 Sistemas para a reparação do dano	9
1.2.3 Sobrestamento da ação civil <i>ex delicto</i> na pendência de decisão judicial penal	11
1.2.4 Normas no direito brasileiro a respeito da ação civil <i>ex delicto</i>	12
1.2.5 Termo inicial para propositura da ação civil <i>ex delicto</i>	13
1.2.6 Execução contra estrangeiro	16
1.2.7 Sentença criminal absolutória e existência material do fato	17
1.3 Natureza jurídica da ação civil <i>ex delicto</i>	17
1.4 Quantificação: critérios para indenização por ato ilícito	18
1.4.1 Cálculo da indenização	19
1.4.2 Tempo de duração da pensão: pensão por morte	20
1.4.3 Pensão no caso de morte de menor	20

1.4.4 Pensão com base na expectativa de vida do falecido e nos dados do IBGE	21
1.4.5 Valor da pensão com base no salário da vítima	22
1.4.6 Revisão do valor da condenação irrisória ou exorbitante.....	22
1.4.7 Vítima com mais de 75 anos	24
1.4.8 Danos morais e materiais decorrentes de atos de tortura, ocorridos durante o Regime Militar de exceção.....	24
1.4.9 Reparação do dano em caso de lesão corporal.....	25
1.4.10 Indenização no caso de usurpação ou esbulho	25
1.4.11 Indenização nos crimes contra a honra.....	26
1.4.12 Indenização por ofensa à liberdade pessoal.....	26
1.5 A indenização por dano moral	27
1.5.1 O dano moral e a controvérsia doutrinária e jurisprudencial.....	28
1.5.2 Dano moral, legislação e valor.....	29
1.5.3 Indenização do dano moral relevante	30
1.5.4 Aferição do valor da indenização.....	31
1.5.5 Identificação do dano moral	33
1.5.6 Ampliação do dano moral.....	34
1.6 A indenização mínima prevista no artigo 387, IV, do CPP como efeito da condenação.....	36
1.6.1 Indenização mínima prevista no Código Brasileiro de Trânsito.....	38
1.6.2 Indenização e impenhorabilidade do bem de família.....	38
1.7 Formas de satisfação da responsabilidade civil	38
1.7.1 A restituição como forma de satisfação do ato ilícito	39
1.7.2 O ressarcimento do dano.....	39

1.8 Influência da jurisdição penal sobre a cível.....	40
1.8.1 Relações da jurisdição penal sobre a cível.....	41
1.8.2 Indenização e dano efetivo.....	41
1.9 A execução civil da sentença penal.....	42
1.9.1 Legitimação para ingressar com a ação civil	43
1.9.2 Efeito da sentença condenatória	43
1.9.3 Processamento da execução	44
1.10 Da ação civil.....	45
1.10.1 A sentença concessiva do perdão judicial.....	45
1.10.2 Sentença sem resolução do mérito.....	46
1.11 Efeitos da sentença absolutória penal	47
1.12 Legitimação <i>ad causam</i> ativa e passiva.....	50
1.12.1 Legitimidade passiva e responsável civil	50
1.12.2 Legitimidade ativa no caso da vítima pobre.....	51
1.12.3 Competência para o julgamento da ação civil <i>ex delicto</i>	52
Capítulo 2 Jurisdição Processual Penal.....	53
2.1 Jurisdição: origem e significado da expressão	53
2.1.1 Conceito e significado da palavra jurisdição	53
2.1.2 Divisão da atividade estatal.....	54
2.1.3 Direito de acesso à justiça.....	56
2.1.4 Manifestações da jurisdição	57
2.2 A jurisdição em sentido amplo e restrito	58
2.3 A jurisdição política: conceito e finalidades	58

2.4 Os equivalentes jurisdicionais: conceito e delimitação	62
2.5 Características da jurisdição	64
2.6 Elementos ou poderes da jurisdição.....	64
2.7 Divisão da jurisdição	65
2.8 Diferenças dos demais poderes.....	66
2.9 Princípios informativos da jurisdição.....	67
2.9.1 Princípio <i>ne procedat iudex ex officio</i> ou <i>nemo iudex sine actore</i> ou inércia da jurisdição.....	67
2.9.1.1 Conceito e extensão do princípio	67
2.9.1.2 Exceções ao princípio <i>ne procedat iudex ex officio</i>	74
2.9.2 Princípio da iniciativa das partes ou princípio da titularidade....	75
2.9.3 Princípio do impulso oficial	75
2.9.4 Princípio do juiz natural.....	76
2.9.5 Princípio <i>nulla poena sine iudicio</i>	78
2.9.5.1 Conceito e delimitação	78
2.9.5.2 Aspectos ou manifestações do princípio	78
2.9.6 Princípio da investidura.....	79
2.9.6.1 Conceito e delimitação	79
2.9.6.2 Fundamento constitucional do princípio	80
2.9.6.3 A investidura do juiz como elemento normativo constitucional e administrativo	80
2.9.7 Princípio da indeclinabilidade.....	81
2.9.7.1 Conceito e delimitação do princípio	81
2.9.7.2 Fundamento constitucional do princípio.....	82

2.9.7.3 Obrigação da prestação jurisdicional	82
2.9.8 Princípio da indelegabilidade	83
2.9.9 Princípio da improrrogabilidade ou aderência.....	83
2.9.10 Princípio da inevitabilidade ou irrecusabilidade	83
2.9.11 Princípio da correlação ou relatividade	84
2.9.11.1 Conceito e delimitação do princípio	84
2.9.11.2 Sentença como ato volitivo e intelectual	84
2.9.11.3 Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.....	85
2.9.11.4 A congruência objetiva e subjetiva.....	85
2.9.12 Princípio do duplo grau de jurisdição	86
2.9.12.1 Conceito, objetivo e delimitação do princípio	87
2.9.12.2 Fundamento constitucional.....	87
2.9.12.3 Fundamentos do duplo grau de jurisdição.....	88
2.9.12.4 Execução provisória após decisão do 2º grau de jurisdição ...	90
2.9.13 Princípio da reserva da jurisdição	91
Capítulo 3 Competência Processual Penal.....	95
3.1 Conceito e delimitação da competência	95
3.2 Competência e validade do processo	96
3.3 Espécies de competência.....	96
3.4 Meios de declaração de incompetência.....	97
3.5 A delimitação da competência.....	98
3.6 Da competência funcional: a divisão dos atos processuais nas atividades jurisdicionais	99

3.6.1 A divisão dos atos processuais nas atividades jurisdicionais na competência funcional	99
3.6.2 Elementos que caracterizam a competência funcional.....	99
3.6.3 Divisão da competência funcional.....	100
3.7 Competência pelo lugar da infração (<i>fórum delicti commissi</i>)	102
3.7.1 A regra geral do lugar do crime como delimitação da competência	102
3.7.2 Diferenciação entre a competência prevista no Código Penal e no Código de Processo Penal.....	103
3.7.3 Competência pelo lugar da infração e a tentativa de consumação do crime	104
3.7.4 Competência no limite de duas ou mais comarcas	106
3.7.5 Competência pelo lugar da infração nos casos de crime continuado.....	106
3.7.6 Competência nos casos de infração permanente	108
3.8 Da competência pelo domicílio ou residência do réu: o foro supletivo ou subsidiário ou <i>forum domicilii</i>	109
3.8.1 Competência pelo domicílio ou residência do réu.....	109
3.8.2 Exemplos práticos de competência pelo domicílio do réu.....	110
3.8.3 Diferença entre competência por prevenção e competência pelo domicílio do réu.....	111
3.8.4 Domicílio do réu e ação penal exclusiva	111
3.8.5 Réu com mais de uma residência e prevenção	113
3.8.6 Distinção entre residência e domicílio	114
3.9 Da competência pela natureza da infração: competência <i>ratione materiae</i>	116

3.9.1 Competência pela natureza da infração	117
3.9.2 Natureza da infração e lei de organização judiciária.....	117
3.10 Da competência do Tribunal do Júri.....	118
3.10.1 Fundamento constitucional.....	119
3.10.2 Divisão da competência do Júri.....	119
3.10.3 O Tribunal do Júri como juízo natural dos crimes dolosos contra a vida.....	120
3.10.4 Crimes sujeitos à competência do júri	121
3.10.5 Dolo eventual e competência do Tribunal do Júri	121
3.10.6 Possibilidade de ampliação da competência do Tribunal do Júri	123
3.10.7 Crimes contra a vida e incompetência do Tribunal do Júri.....	123
3.10.8 Competência constitucional do Tribunal do Júri e foro por prerrogativa de função estabelecida exclusivamente pela Constituição estadual	124
3.10.9 A desclassificação no Tribunal do Júri.....	125
3.10.9.1 Conceito e exemplo prático de desclassificação	126
3.10.9.2 Procedimento e cautela do juiz na desclassificação do crime de competência do Tribunal do Júri.....	126
3.10.9.3 Desclassificações no âmbito do Tribunal do Júri.....	127
3.10.9.4 Absolvição dos jurados do crime contra a vida e crimes conexos	129
3.10.9.5 Desclassificação própria e crimes conexos.....	130
3.10.10 Da competência do Júri na Justiça Federal.....	131
3.10.11 Homicídio praticado no estrangeiro envolvendo brasileiros e competência da Justiça Estadual.....	133

3.10.12 O Júri e a competência por prerrogativa de função	133
3.10.13 Júri e Justiça Eleitoral	134
3.11 Da competência por distribuição: a competência cumulativa supletiva....	135
3.11.1 Conceito de distribuição	136
3.11.2 Forma de distribuição	136
3.11.3 Regras da competência por distribuição	136
3.12 Da competência por conexão ou continência	137
3.12.1 Conceito de conexão.....	138
3.12.2 Efeitos da conexão e da continência.....	139
3.12.3 Termo <i>ad quem</i> da juntada dos processos	140
3.12.4 Conexão e continência e Juizados Especiais Criminais	140
3.12.5 Tipos ou espécies de conexão.....	141
3.12.5.1 A conexão intersubjetiva por simultaneidade, subjetiva-objetiva ou meramente ocasional	142
3.12.5.2 A conexão intersubjetiva por concurso ou conexão subjetiva concursal (76, §1º, 2ª parte) e o caso do furto ao Banco Central de Fortaleza.....	142
3.12.5.3 A conexão intersubjetiva por reciprocidade.....	144
3.12.5.4 A conexão material, objetiva, lógica ou teleológica ou consequencial.....	144
3.12.5.5 A conexão probatória ou instrumental ou ocasional.....	145
3.12.6 Conceito e delimitação da continência.....	146
3.12.7 Modificação da competência <i>in abstrato</i> e <i>in concreto</i>	146
3.12.8 Unificação do processo para unificação das penas.....	147
3.12.9 Continência objetiva e subjetiva.....	147

3.12.10. As espécies de continência.....	148
3.12.11 Distinção entre litispendência e continência	151
3.12.12 Conexão e continência: a avocação de processos	151
3.12.12.1 O Juiz prevalente nos casos de conexão e continência.....	151
3.12.12.2 A Súmula 122 do STJ e a avocação de processos	152
3.12.13 Foro prevalente nos casos de conexão e continência	153
3.12.14 Prevalência da competência do Tribunal do Júri sobre a Justiça comum	154
3.12.15 Concurso entre o Tribunal do Júri e a prerrogativa de função	157
3.12.16 A competência nos casos de concurso de jurisdições da mesma categoria	157
3.12.17 Concurso de jurisdições de categorias diferentes.....	158
3.12.18 Separação de processos na competência por conexão e continência.....	160
3.12.19 <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> : a prorrogação de competência	164
3.13 Da competência por prevenção: considerações gerais	166
3.13.1 Conceito e delimitação da competência por prevenção	166
3.13.2 Distinção entre prevenção no processo civil e no processo penal	167
3.13.3 A competência relativa da preclusão no processo penal	167
3.13.4 Juízes igualmente competentes e juízes com jurisdição cumulativa: distinção	168
3.13.4.1 A prevenção como critério de competência entre os juízes igualmente competentes e juízes com jurisdição cumulativa	169
3.13.4.2 Competência relativa dos juízes igualmente competentes	170

3.13.4.3 Juízes igualmente competentes e conflito positivo de competência	170
3.13.5 Causas de aplicação da prevenção	171
3.14 Competência por prerrogativa de função (<i>ratione muneris</i> ou <i>ratione personae</i>)	173
3.14.1 Conceito e delimitação do tema.....	173
3.14.2 Prerrogativa de função como competência absoluta e o princípio da igualdade	175
3.14.3 Controvérsia doutrinária acerca do tema.....	177
3.14.4 Prevalência da competência por prerrogativa de função	177
3.14.5 Competência instituída unicamente pela Constituição do estado-membro.....	178
3.14.6 Concurso de pessoas e prerrogativa de função.....	178
3.14.7 Prerrogativa de função e exceção da verdade	179
3.14.7.1 Exceção da verdade proposta contra quem detém foro por prerrogativa de função	179
3.14.7.2 Julgamento no STF somente da exceção da verdade	179
3.14.7.3 Deferimento da exceção da verdade no foro por prerrogativa de função e efeitos.....	180
3.14.8 A competência por prerrogativa de função do Supremo Tribunal Federal.....	180
3.14.8.1 O STF como guardião constitucional.....	181
3.14.8.2 Poderes processuais do STF	183
3.14.8.3 Número de ministros do STF.....	184
3.14.8.4 Competência estritamente constitucional <i>numerus clausus</i> do STF	184

3.14.8.5 Competência originária do STF	185
3.14.8.6 Abrangência da locução “crimes comuns” no âmbito do STF.....	186
3.14.8.7 Prerrogativa de função e ex-ocupantes de cargo público	187
3.14.8.8 O cancelamento da Súmula 394 e o surgimento da Lei 10.628/2002	188
3.14.8.9 Validade dos atos processuais praticados no juízo de origem	191
3.14.8.10 Incompetência do STF para execução de decisão proferida em sede de ação civil pública, em face de improbidade administrativa (Lei 8.429/92)	191
3.14.8.11 Diplomação de parlamentar e o deslocamento da competência para o STF	193
3.14.8.12 Regras da competência do STF nos casos de perda e diplomação de parlamentar	193
3.14.8.13 Conexão intersubjetiva concursal e atração da competência de foro do STF.....	194
3.14.8.14 Incompetência do STF em face de interpelação judicial contra pessoas com prerrogativa de foro	195
3.14.8.15 Inquérito contra parlamentar e competência do STF	196
3.14.8.16 Inquérito contra pessoas detentoras de foro por prerrogativa de função: autorização e supervisão	196
3.14.8.17 Supervisão durante todo o trâmite do inquérito policial	198
3.14.8.18 Caso do mensalão, unidade de processo e validade de atos do juiz de primeiro grau	198
3.14.8.19 Prerrogativa de função e suplente de parlamentar	201
3.14.8.20 Competência do Tribunal do Júri <i>versus</i> competência por prerrogativa de função.....	202

3.14.8.21 Pedido de explicações e foro por prerrogativa	202
3.14.8.22 Licença do parlamentar e subsistência do foro por prerrogativa.....	203
3.14.8.23 Competência por prerrogativa de função do Supremo Tribunal Federal nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade	203
3.14.8.24 Competência do STF para julgar seus próprios membros....	205
3.14.8.25 Prerrogativa de foro do Presidente do Banco Central	206
3.14.8.26 Prerrogativa de foro do Advogado-Geral da União	207
3.14.8.27 <i>Impeachment</i> dos Ministros de Estado e competência do STF....	207
3.14.9 A competência por prerrogativa do Superior Tribunal de Justiça	208
3.14.9.1 A competência do STJ no julgamento nos crimes comuns	208
3.14.9.2 Julgamento dos membros do Ministério Público da União....	209
3.14.9.3 Competência originária do Superior Tribunal de Justiça e delegação.....	210
3.14.10 A competência originária da Justiça Eleitoral.....	210
3.14.11 A competência originária e constitucional da Justiça Militar	211
3.14.11.1 Conceito de crime militar.....	211
3.14.11.2 Competência da Justiça Militar	212
3.14.11.3 Absolução e coisa julgada perfeita.....	214
3.14.11.4 Princípio da insignificância e crimes militares	215
3.14.11.5 Roubo com arma da corporação	216
3.14.11.6 Crime de abuso de autoridade e incompetência da Justiça castrense	216
3.14.11.7 Crimes dolosos contra a vida praticados por militar.....	216

3.14.12 Competência e estrutura da Justiça Federal comum	218
3.14.12.1 Órgãos da Justiça Federal e formas de provimento dos cargos	219
3.14.12.2 Critérios para nomeação de juiz a desembargador federal	219
3.14.12.3 A competência criminal dos Tribunais Regionais Federais.....	221
3.14.12.4 <i>Habeas corpus</i> contra ato de Procurador da República ...	221
3.14.12.5 Competência para o julgamento de ato de promotor de justiça do Distrito Federal e dos Territórios com atuação na primeira instância	221
3.14.12.6 Delitos praticados <i>in officio</i> por servidores administrativos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	222
3.14.13 A competência constitucional da Justiça Federal.....	223
3.14.13.1 Legitimidade e competência da Justiça Federal	223
3.14.13.2 Decisão de magistrado estadual e competência da Justiça Federal.....	223
3.14.13.3 Competência para julgar conflito de competência entre justiças estadual e federal	224
3.14.13.4 Justiça Federal como órgão da Justiça comum ou ordinária	224
3.14.13.5 Local do crime e delimitação da competência da Justiça Federal.....	226
3.14.13.6 Súmulas do STF acerca da competência da Justiça Federal	226
3.14.13.7 Interesse da União como critério aferidor da competência da Justiça Federal.....	228
3.14.13.8 Crime praticado contra a Caixa Econômica Federal	228
3.14.13.9 Julgamento dos crimes políticos.....	229
3.14.13.10 Ausência de prejuízo e interesse da União e competência do STF	229

3.14.13.11 Crime praticado contra servidor público federal.....	231
3.14.13.12 Desvio de verbas federais e competência da União	231
3.14.13.13 Delito contra o INSS e competência da Justiça Federal	232
3.14.13.14 Falsidade de documento público e <i>post factum</i> impunível...	233
3.14.13.15 Falsificação de carteira de habilitação naval de natureza civil.....	234
3.14.13.16 Crime praticado contra índio.....	234
3.14.13.17 Crime contra a ordem econômica e o interesse da União	235
3.14.13.18 O parcelamento irregular de terras da União.....	236
3.14.13.19 Julgamento dos crimes políticos.....	236
3.14.13.20 Crimes praticados contra a organização do trabalho	238
3.14.13.21 Julgamento dos crimes previstos em tratado ou convenção internacional.....	239
3.14.13.22 Hipóteses concorrentes para o julgamento dos crimes previstos em tratado ou convenção internacional.....	240
3.14.13.23 Tráfico internacional de entorpecentes	240
3.14.13.24 Crimes praticados através da internet e em território estrangeiro.....	242
3.14.13.25 Crimes contra os direitos humanos e imprecisão conceitual.....	243
3.14.13.26 Crimes praticados a bordo de navios e aeronaves	246
3.14.13.27 Competência para o julgamento de crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro	249
3.14.13.28 Crimes contra o sistema e a ordem financeira	249
3.15 Competência <i>ratione muneris</i> da Justiça Estadual	252

3.15.1 Competência constitucional da Justiça Estadual.....	253
3.15.2 Competência da Justiça Estadual no STF.....	253
3.16 Competência internacional no processo penal	256
3.16.1 Conceito e delimitação	256
3.16.2 Critérios avaliativos da competência internacional de crimes cometidos a bordo de embarcações	256
3.16.3 Foro principal e supletivo dos crimes cometidos a bordo de embarcações	259
3.16.4 Crimes cometidos a bordo de aeronaves	259
3.16.5 Foro principal e supletivo dos crimes cometidos a bordo de aeronaves.....	260
3.16.6 Competência por prevenção.....	260
Capítulo 4 Questões e Processos Incidentes	261
4.1 Questões prejudiciais: introdução e conceito.....	261
4.1.1 Conceito e delimitação do instituto	261
4.1.2 Outro enfoque conceitual.....	262
4.2 Questões prévias ou preliminares e questões prejudiciais: distinção ...	263
4.2.1 Distinção entre questões prévias e prejudiciais.....	263
4.2.2 As preliminares e as Leis 11.719/08 e 11.690/08.....	264
4.3 Elementos das questões prejudiciais que podem identificar uma questão incidente.....	264
4.4 Classificação das questões prejudiciais.....	265
4.5 Sistema de solução	266
4.5.1 Conexão entre duas ações e juiz competente para julgar a ação.....	266

4.5.2 Sistemas para determinação do juiz competente para julgar a ação	266
4.5.3 Sistema pátrio.....	267
4.6 Questão prejudicial obrigatória	267
4.6.1 O estado das pessoas como elemento das questões prejudiciais obrigatórias	267
4.6.2 Identificação dos elementos que compõem o estado civil das pessoas	268
4.7 Questão prejudicial e suspensão do processo	268
4.7.1 A suspensão do processo nas questões prejudiciais	269
4.7.2 Efeitos da suspensão do processo	269
4.7.3 Intervenção do Ministério Público nas questões prejudiciais ...	270
4.7.4 Recurso para impugnar a questão prejudicial	270
4.8 Questões prejudiciais facultativas ou devolutivas relativas	271
4.8.1 Conceito de questão prejudicial facultativa	271
4.8.2 Remessa dos autos ao juízo especializado e discricção do magistrado	271
4.8.3 Pressupostos da suspensão do processo	271
4.8.4 Casos comuns de arguição de questões prejudiciais	272
4.8.5 Questões prejudiciais facultativas e determinação da suspensão do processo.....	272
4.9 Efeitos e força vinculativa da decisão cível no juízo criminal.....	273
4.10 Das exceções	273
4.10.1 Significados e acepções da palavra	273
4.10.2 Terminologia	274

4.10.3	Legitimidade para propor a exceção	274
4.10.4	Conceito e espécies	275
4.10.4.1	A defesa direta e indireta como forma de exceção	275
4.10.4.2	Exceções dilatórias e exceções peremptórias	275
4.10.5	Imprecisão do termo	276
4.10.6	Elenco das exceções	276
4.11	Exceção de suspeição (<i>exceptioni suspencionis</i>)	276
4.11.1	Conceito e taxatividade da suspeição	276
4.11.2	Divisão da exceção de suspeição	278
4.11.3	Suspeição, impedimentos e incompatibilidades	278
4.11.4	Esferas administrativa e criminal	280
4.11.5	Causa de suspeição: a amizade íntima	282
4.11.6	Causa de suspeição: a inimizade capital	282
4.11.7	Falta de imparcialidade do juiz quando responde a processo sobre cujo carácter criminoso haja controvérsia	283
4.11.8	Falta de imparcialidade do juiz quando tenha que ser julgado pelas partes	284
4.11.9	Aconselhamento do juiz às partes	284
4.11.10	Relações de comércio, ascendência e subordinação	284
4.11.11	Suspeição por foro íntimo	285
4.11.12	Injúria ao juiz e provocação deliberada da suspeição	287
4.12	Processamento e efeitos	287
4.12.1	Processamento do incidente de suspeição	288
4.12.2	Legitimidade para arguir a suspeição	288

4.12.3 Momento adequado para ingressar com a suspeição	289
4.12.4 Aceitação ou recusa do juiz	289
4.12.5 Procedimento no Tribunal	290
4.12.6 Malícia do excipiente	291
4.12.7 Suspensão do processo principal	292
4.12.8 Efeitos do reconhecimento da suspeição do juiz	292
4.12.9 Suspeição do juiz no inquérito policial	292
4.13 Suspeição nas instâncias superiores: competência do Supremo Tribunal Federal	293
4.14 Suspeição dos órgãos do Ministério Público	294
4.14.1 Processamento da suspeição do órgão do Ministério Público ...	294
4.14.2 Suspeição do perito	295
4.14.3 Suspeição dos jurados	296
4.14.4 Suspeição do juiz, do órgão do Ministério Público, ou serventuário no plenário do Júri	296
4.14.5 Suspeição das autoridades policiais	297
4.15 Incompetência do juízo (<i>declinatoria fori</i>)	297
4.15.1 A competência como pressuposto de validade do processo	298
4.15.2 Legitimidade para arguir a incompetência	298
4.15.3 Incompetência relativa e preclusão	298
4.15.4 Formas de interposição	299
4.15.5 Processamento da exceção	299
4.16 A exceção de litispendência	300
4.16.1 Conceito de litispendência	301

4.16.2 Pressupostos da litispendência	302
4.16.3 O Estado como autor nas ações penais condenatórias	303
4.16.4 Procedimento da litispendência	303
4.16.5 Legitimidade para interpor a exceção de litispendência.....	304
4.17 Exceção de ilegitimidade de parte	304
4.17.1 Conceito e delimitação	304
4.17.2 Ilegitimidade ativa e passiva.....	305
4.17.3 Reconhecimento <i>ex officio</i> pelo juiz	305
4.17.4 Recurso cabível.....	306
4.18 Da exceção de coisa julgada: (<i>exceptio rei judicate</i>).....	306
4.18.1 Conceito e fundamento constitucional.....	306
4.18.2 Requisitos da coisa julgada.....	307
4.18.3 Coisa julgada formal e material.....	308
4.18.4 Efeitos da coisa julgada	308
4.19 Limites objetivos ou congruência objetiva e limites subjetivos ou congruência subjetiva da coisa julgada.....	309
4.19.1 Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	309
4.19.2 Flexibilização da coisa julgada no processo penal	310
4.19.3 Vedação da revisão <i>pro societate</i>	310
4.19.4 Conflito de normas e coisa julgada	311
4.19.5 Coisa julgada e preclusão: distinção.....	311
4.20 Casos especiais na exceção da coisa julgada	312
4.20.1 Coisa julgada e concurso formal	312
4.20.2 Coisa julgada e crime continuado.....	313

4.20.3 Coisa julgada e crime permanente.....	313
4.20.4 Coisa julgada e delito habitual.....	314
4.20.5 Momento da decretação da <i>res judicata</i>	314
4.20.6 Individualização da pena e <i>bis in idem</i>	314
4.21 Das incompatibilidades e impedimentos	317
4.21.1 Suspeição, imparcialidade e incompatibilidade: distinção	317
4.21.2 Causas de impedimento e incompatibilidade	317
4.22 Conflito de competência.....	321
4.22.1 Conceito e espécies.....	321
4.22.2 Conflito de competência em sentido próprio e conflito de competência em sentido impróprio	322
4.22.3 Conflito de competência positivo	322
4.22.4 Distinção entre autoridade judiciária e autoridade judicial	323
4.22.5 Conflito de jurisdição ou de atribuição inexistente	323
4.23 Competência dos Tribunais para julgar o conflito de competência ...	324
4.23.1 Competência do Supremo Tribunal Federal para julgar o conflito de competência	324
4.23.2 Competência do Superior Tribunal de Justiça para julgar o conflito de competência	325
4.23.3 Competência dos Tribunais Regionais para julgar o conflito de competência	327
4.24 Conflito de atribuições: conceito e delimitação	328
4.25 Conflito de atribuição entre membros do Ministério Público: espécies.....	328
4.26 Restituição de coisas apreendidas	330

4.26.1 A apreensão dos objetos relacionados com o crime	330
4.26.2 Momento da restituição	331
4.26.3 Coisas que podem ser apreendidas	331
4.26.4 Coisas insuscetíveis de apreensão	332
4.26.5 Momento da apreensão	333
4.26.6 Bens perdidos em favor da União	333
4.26.7 Perda de bens como efeito automático da condenação	334
4.26.8 Efeitos da sentença absolutória e restituição de bens	334
4.26.9 Prazo máximo para requerer a restituição	334
4.26.10 Efeitos da sentença condenatória e restituição de bens	335
4.26.11 Destruição dos bens	335
4.26.12 Processamento da restituição	335
4.26.12.1 Objetos que podem ser restituídos	335
4.26.12.2 Devolução pela autoridade policial	336
4.26.12.3 Restituição pelo juiz	336
4.26.12.4 Processamento da restituição	336
4.26.12.5 Coisas facilmente deterioráveis	337
4.26.12.6 Apreensão de bens do terceiro de boa-fé	337
4.26.12.7 Recurso da decisão que julga o incidente de restituição de coisas apreendidas	338
4.27 Das medidas assecuratórias	338
4.27.1 Fundamento das medidas assecuratórias	339
4.27.2 Medidas cautelares no processo penal	339
4.27.3 Sequestro de bens imóveis	339

4.27.3.1 Conceito e delimitação do tema	340
4.27.3.2 Sequestro nas leis especiais	340
4.27.3.3 O sequestro na Lei 11.343/2006.....	341
4.27.4 Requisitos indispensáveis para a determinação do sequestro	343
4.27.4.1 Requisitos para o sequestro.....	343
4.27.4.2 Proventos do crime	344
4.27.4.3 Momento do sequestro	344
4.27.4.4 Legitimidade para requerer o sequestro	344
4.27.5 Embargos	345
4.27.5.1 Conceito de embargos.....	345
4.27.5.2 Inscrição no registro de imóveis	346
4.27.6 Levantamento do sequestro	346
4.27.6.1 Acessoriedade do sequestro	346
4.27.6.2 Competência para julgar o sequestro e liberação dos bens pelo juiz	347
4.27.6.3 Sequestro de bens móveis.....	347
4.27.6.4 Distinção entre arresto e sequestro	348
4.27.6.5 Recurso da decisão que concede ou indefere o sequestro	348
4.27.7 Hipoteca legal.....	349
4.27.7.1 Conceito e espécies	349
4.27.7.2 Bens que podem ser hipotecados.....	349
4.27.7.3 Finalidade da hipoteca legal.....	349
4.27.8 Formalização da hipoteca legal.....	350
4.27.8.1 Processamento da inscrição de hipoteca	350

4.27.8.2 Pressupostos da hipoteca legal	350
4.27.8.3 Processamento da especialização	351
4.27.9 Arresto de bens imóveis: finalidade	351
4.27.10 Arresto de bens móveis	352
4.27.10.1 Coisas fungíveis e facilmente deterioráveis	352
4.27.10.2 Depósito e a administração dos bens arrestados	353
4.27.10.3 Atividade do Ministério Público nas medidas cautelares	353
4.27.10.4 Legitimidade para propor as medidas cautelares	354
4.27.10.5 Efeitos da especialização do sequestro e da hipoteca legal	354
4.27.10.6 Do confisco e suas espécies	354
4.28 Incidente de falsidade	358
4.28.1 Delimitação legal	358
4.28.2 Conceito de documento	358
4.28.3 Requisitos do documento	359
4.28.4 Tipos de falsidade documental	360
4.28.5 Processamento do incidente	360
4.28.5.1 Procedimento do incidente de falsidade	360
4.28.5.2 Reconhecimento da falsidade	361
4.28.5.3 Reconhecimento da falsidade e coisa julgada	361
4.29 Incidente de insanidade mental	362
4.29.1 Finalidade do incidente de insanidade mental	362
4.29.2 Conceito de imputabilidade	363
4.29.3 Critério para aferição da inimputabilidade	363

4.29.3.1	Sistemas de avaliação da imputabilidade.....	364
4.29.3.2	Capacidade reduzida do agente.....	365
4.29.3.3	Pressuposto básico para a realização do incidente de insanidade mental	365
4.29.3.4	Rol exemplificativo de doenças mentais	365
4.29.3.5	Imputabilidade do silvícola	366
4.29.4	Legitimidade para instauração do incidente	366
4.29.5	Procedimento do incidente de insanidade mental	367
4.29.5.1	Início do procedimento	367
4.29.5.2	Suspensão do processo	368
4.29.5.3	Suspensão do processo e prescrição	368
4.29.5.4	Internação do acusado.....	369
4.29.5.5	Duração do exame de insanidade mental	369
4.29.5.6	Nomeação de curador	369
4.29.5.7	Perícia, formulação de quesitos e contraditório.....	370
4.29.5.8	Modelo tradicional de formulação de quesitos.....	371
4.29.5.9	Efeitos da perícia	372
4.29.5.10	Separação obrigatória de processo.....	372
4.29.5.11	Convencimento do juiz e laudo pericial.....	372
4.29.5.12	Cura do acusado da doença mental acometida.....	372
4.29.5.13	Prazo da medida de segurança: as posições doutrinárias..	373
4.29.5.14	Inimputabilidade e aplicação da medida de segurança ...	374
4.29.5.15	Recursos cabíveis.....	374
Referências.....		375